

Ulysses fica com cinco anos, garante Lucena

PMDB reativará o seu *Centrão*

Centro Democrático não rompe, mas tenta se livrar do PDS

O presidente do Senado, Humberto Lucena, contestou, ontem, com veemência, que o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães tenha mudado da defesa dos cinco para os quatro anos. "Eu conheço o Ulysses de longa data e tenho constante contato com ele. Posso assegurar que sua posição é de defesa do presidencialismo com cinco anos de mandato para o atual presidente da República", disse Lucena.

O senador paraibano acredita que existe uma ligeira tendência na Constituinte pela manutenção do mandato de cinco anos no texto permanente e nas Disposições Transitórias, lembrando que sua emenda (à qual se acoplaram às do senador Edison Lobão e do deputado Vivaldo Barbosa) tem 352 assinaturas, 12 a mais do que a emenda parlamentarista também apresentada.

O presidente do Senado acredita que questão de tanta importância como a forma de governo terá de ser objeto de negociação. Mas, acredita que, antes que se inicie qualquer entendimento, haverá um teste de força entre presidencialistas e parlamentaristas, no voto, quando sua

emenda terá preferência por contar com o maior número de assinaturas.

ESSES MUDAM

Os deputados Tito Costa, Paulo Zarzur e Manoel Moreira (PMDB-SP), os dois últimos muito ligados ao governador Orestes Quércia, estão mudando da defesa dos cinco para os quatro anos de mandato. "Eu ainda não mudel, estou em transição", admitiu, irônico, no plenário da Constituinte, o deputado Manoel Moreira.

O coordenador da bancada paulista do PMDB, deputado Roberto Rollemberg, admitiu que a mudança de posição daqueles três deputados diminui a vitória do mandato de cinco anos entre seus companheiros. Antes, 18 dos 28 (não se conta Ulysses Guimarães) eram favoráveis aos cinco anos contra nove pelos quatro. Com a mudança daqueles três deputados, a bancada do PMDB paulista está com 15 pelos cinco anos e 12 pelos quatro.

A GRANDE BATALHA

A discussão em torno da duração do mandato transformou-se na questão verdadeiramente substan-

tiva da Constituinte, relegando tudo o mais para plano secundário, como se admite ali consensualmente. A primeira batalha entre os dois blocos que se articulam na Constituinte vai se ferir logo após os festejos carnavalescos, quando começa a votação do Capítulo IV que trata da organização do Estado.

No contexto desse capítulo incluem-se duas emendas fixando quatro anos de mandato — uma do senador Fernando Henrique Cardoso, que prevê quatro anos com direito à reeleição; outra do senador Mário Covas, com subemenda do deputado Euclides Scalco, que também fixa o mandato do presidente da República, governadores e prefeitos em quatro anos, com direito a apenas uma reeleição.

O coordenador da bancada do PMDB de São Paulo, deputado Roberto Rollemberg, admitiu que a votação dos quatro anos no texto permanente, logo depois do carnaval, muda a questão do mandato. "Agora, ficamos entre os seis anos, tal como se acha inscrito no texto constitucional, ou os quatro anos propostos pelas duas emendas. Os cinco anos morrem", disse Rollemberg.

Líderes do Centro Democrático — o grupo moderado do PMDB — já começaram a recolher assinaturas no documento definindo o desligamento do *Centrão*. Os moderados defendem o entendimento interno para não se submeterem a líderes de outros partidos — Amaral Netto e Bonifácio de Andrada, do PDS, e José Lourenço, do PFL.

O deputado Expedito Machado (CE) reuniu ontem, pela manhã em seu apartamento, 16 moderados dispostos a reativar o Centro Democrático. Compareceram Marcos Lima (MG), Del Bosco Amaral (SP), Irapuan Costa Junior (GO), Sérgio Werneck (MG), José Dutra (AM), Ubiratan Aguiar (CE), Aloísio Vasconcellos (MG) e, ainda, o deputado Rosa Prata (MG), cuja missão foi a de tentar sustar a divulgação do documento.

Apesar dos apelos de Rosa Prata, ficou decidida a coleta de assinaturas dos que se declaram dispostos a separar o Centro De-



Marcos Lima

mocrático do *Centrão*, passando a defender a unidade peemedebista e o comando de Ulysses Guimarães. "Não podemos seguir orientação de líderes do PFL e do PDS" — comentou Del Bosco.

ELEIÇÃO

Para o deputado Expedito Machado, essa decisão

de retornar ao grupo inicial visa também participar, ativamente, do processo de eleição do novo líder do partido na Câmara dos Deputados, no dia 1º de março. O deputado lembra que após a Constituinte a Câmara e o Senado irão trabalhar na elaboração das leis ordinárias e complementares, que serão apreciadas pelas comissões temáticas. Esse trabalho, nas comissões, é feito por deputados designados pelo líder do partido e, por isso, o grupo pretende não só participar da escolha do futuro líder como, se possível, indicar um candidato próprio, "para não ficarmos à margem do processo".

Os deputados Marcos Lima (MG) e Ubiratan Aguiar (CE) só pretendem divulgar o documento depois de obtidas, pelo menos, 50 assinaturas. Os deputados Roberto Cardoso Alves (SP), Jorge Viana (BA), Rosa Prata (MG), Eraldo Fleming (AC), en-

tre outros, estão trabalhando no sentido de evitar a ruptura do Centro Democrático com o *Centrão*.

CRÍTICAS

Jorge Viana disse a Del Bosco Amaral que são injustas as críticas dos moderados do PMDB à atuação de José Lourenço, por exemplo. O representante da Bahia mostrou ao deputado paulista que o líder do PFL tem agido "com acerto", na defesa da livre iniciativa e na luta contra as esquerdas radicais.

"Para mim, muitos dos que defendem a separação do Centro Democrático do *Centrão* estão com ciúmes. Alguns, frustrados por não terem sido nomeados ministros, outros, querem ser líderes e há os que não se conformam com o crescimento político de expoentes do *Centrão* nos seus estados" — afirmou Jorge Viana.